

VICTOR HUGO PEREIRA GONÇALVES

# PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

DIREITOS DO TITULAR

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 14.04.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2022 by  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Gonçalves. Victor Hugo Pereira

Proteção de dados pessoais: direitos do titular / Victor Hugo Gonçalves. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5964-581-7

1. Brasil. [Lei geral de proteção de dados pessoais (2018)]. 2. Proteção de dados  
Legislação – Brasil. 3. Internet – Legislação – Brasil. 4. Direito à privacidade. I. Título.

77232

CDU: 343.45:004.738.5(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# SUMÁRIO



Capítulo 1	
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
1.1 O titular de dados: sujeito de direitos da Lei Geral de Proteção de Dados ..	2
1.2 Sistema protetivo de dados.....	3
1.3 Estrutura adotada para o estudo do titular de dados.....	4
Capítulo 2	
<b>DIREITO FUNDAMENTAL DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....</b>	<b>11</b>
2.1 Cidadão deslocalizado de si .....	13
2.2 Direito da organização dos dados, das informações e do conhecimento....	17
2.3 Existência jurídica dos dados pessoais no Brasil.....	21
2.4 Proteção de dados pessoais como direito fundamental .....	30
Capítulo 3	
<b>TITULAR DE DADOS: MOLDURA JURÍDICA DE UM CONCEITO .....</b>	<b>35</b>
3.1 Titular de dados: aquele a que se referem os dados objetos de tratamento .....	36
3.2 Transversalidade do conceito jurídico de titular de dados .....	40
3.3 Titular de dados: pessoa física e pessoa jurídica .....	42
3.4 Titular de dados em seus aspectos privado e público .....	45
3.5 Titular de dados como <i>nomen juris</i> para LAIP e LGPD e a questão da capacidade jurídica .....	48
3.6 Titular de dados e a Lei de Acesso à Informação Pública: cidadania e democracia.....	51
3.6.1 Titular de dados e a cidadania .....	51

3.6.2	Titular de dados e o direito à verdade: legitimidade pelo procedimento.....	54
3.6.3	Titular de dados, LAIP e os Estados: a inefetividade das normas....	66
3.7	Titular de dados e o problema dos bancos de dados híbridos com interesses públicos .....	75
3.7.1	Corpo supliciado como chave de direitos .....	76
3.7.2	Titular de dados e os biobancos .....	82
3.7.3	Titular de dados e o interesse público.....	85
Capítulo 4		
	<b>OS PRINCÍPIOS E OS DIREITOS DO TITULAR DE DADOS.....</b>	<b>89</b>
4.1	Proteção de dados pessoais como direito fundamental de intervenção nos modelos econômicos e tecnológicos .....	91
4.2	Questões acerca do consentimento do titular de dados .....	94
4.3	Um olhar sobre a complexidade do legítimo interesse.....	99
4.4	Princípios de proteção de dados pessoais como interligação ao direito novo .....	104
4.5	Direitos do titular de dados pessoais.....	113
4.5.1	Direito de requisição dos dados .....	114
4.5.2	Direito de confirmação da existência de tratamento.....	114
4.5.3	Direito de acesso aos dados .....	116
4.5.4	Direito de correção.....	117
4.5.5	Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou em desconformidade .....	118
4.5.6	Direito de portabilidade dos dados.....	121
4.5.7	Direito de apagamento ou eliminação dos dados pessoais: estão relacionados ao direito ao esquecimento?.....	125
4.5.7.1	Direito de eliminação de dados: memória e esquecimento.....	128
4.5.7.2	Titular de dados e o direito à verdade: o problema da <i>fake news</i> .....	135
4.5.7.3	Titular de dados e a história digital.....	140
4.5.8	Direito de informação sobre o compartilhamento dos dados ...	142
4.5.9	Direito de revogação de consentimento .....	147
4.5.10	Direito de petição à Autoridade Nacional de Proteção Dados, aos órgãos de defesa do consumidor, aos controladores e ao Poder Judiciário .....	148

4.5.11	Direito de oposição .....	152
4.5.12	Direito à gratuidade .....	153
4.5.13	Direito de revisão sobre as decisões automatizadas .....	154
4.5.14	Direito de vedação a tratamento em seu prejuízo .....	162
4.5.15	Direito à interpretação mais benéfica ao titular de dados .....	165
4.5.16	Direito à comunicação urgente em caso de vazamento .....	167
4.5.17	Direito à segurança da informação .....	169
4.5.18	Direito à inclusão digital: direito de não ser impedido de acessar serviços do controlador e o direito de não ser bloqueado por autoridades públicas .....	172
4.5.19	Direito de perseguição aos dados em qualquer lugar a qualquer tempo .....	175
4.5.20	Direito dos titulares crianças e adolescentes .....	176
4.5.20.1	Do consentimento específico e destacado dos pais ou responsáveis legais .....	179
4.5.20.2	Das práticas do controlador de dados de crianças e de adolescentes .....	181
4.5.20.3	Do tratamento diferenciado aos titulares crianças e adolescentes .....	183
4.5.21	Direito dos titulares mortos ou ausentes .....	184
4.5.21.1	Do início, meio e fim do tratamento de dados do titular morto, declarado morto ou ausente .....	186
4.5.21.2	Da tutela individual, coletiva e difusa dos dados do morto e do ausente .....	188
4.5.21.3	Discussões sobre os dados biométricos e genéticos do titular morto e ausente .....	190
4.5.21.4	Morte e privacidade: o que fazer com os dados do titular? .....	195
4.6	Sobre a vedação e a limitação dos direitos do titular de dados .....	197

## Capítulo 5

	<b>AS RELAÇÕES JURÍDICAS DOS TITULARES DE DADOS PESSOAIS E OS RESPONSÁVEIS PELO TRATAMENTO .....</b>	<b>207</b>
5.1	Titular de dados e os controladores: o uso da tecnologia para autodeterminar a própria memória e verdade .....	209
5.2	Titular de dados e os controladores: um novo processo de efetivação de direitos pela construção de pluralismos jurídicos .....	214

5.3	Titular de dados e a cadeia de consentimentos e legítimos interesses (CCLI) .....	222
5.4	Caráter vinculativo aos direitos dos titulares dos relatórios de impacto à proteção de dados pessoais e dos planos de resposta a incidentes de segurança .....	223
5.5	Do término do tratamento dos dados do titular pelo controlador.....	227
5.6	Dos vazamentos de dados dos titulares.....	229
5.6.1	Vazamento de dados: definição e delimitação jurídica .....	230
5.6.2	Dos requisitos necessários para o controlador evitar ou afastar os efeitos do vazamento de dados .....	231
5.6.3	Pós-vazamento de dados: os direitos do titular de dados.....	235
5.7	Titular de dados, livre acesso e transparência: a prática.....	237
5.7.1	Da pesquisa feita aos controladores de dados .....	239
5.7.2	Escopos de cada questão.....	240
5.7.3	Aspectos a serem analisados pelas respostas dos controladores .....	243
5.7.4	Justificativas legais para se responder ao questionário .....	244
5.7.5	Da escolha somente de controladores privados.....	245
5.7.6	Respostas enviadas pelos controladores.....	245
5.7.6.1	Primeiro questionário – agosto de 2019 .....	245
5.7.6.2	Segundo questionário – janeiro de 2020.....	246
5.7.7	Conclusões da pesquisa .....	246

## Capítulo 6

	<b>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O TITULAR DE DADOS: ESTUDO DE CASOS SOBRE O RECONHECIMENTO FACIAL E O DIREITO À INVISIBILIDADE .....</b>	<b>247</b>
6.1	Inteligência artificial, mito e oráculo .....	251
6.2	Inteligência artificial e o titular de dados: a constituição do sujeito do futuro.....	256
6.3	Modelos de negócio baseados em reconhecimento facial: a monetização reificante do sujeito desconectado de si e de seus direitos .....	265
6.4	Direitos específicos do titular que tornam visíveis o reconhecimento facial e as tecnologias de inteligência artificial .....	272
6.4.1	Comunicação prévia virtual e real sobre a implementação do reconhecimento facial: implementação de práticas de visibilidade.....	274
6.4.2	Da múltipla autorização prévia e expressa .....	275

6.4.3	Do legítimo interesse para se utilizar do sistema de reconhecimento facial: interpretação restritiva.....	277
6.4.3.1	Do uso do legítimo interesse sobre dados do titular para fins privados.....	278
6.4.3.2	Do uso do legítimo interesse sobre dados do titular para interesse público.....	279
6.4.4	Do tempo e o do término do tratamento do reconhecimento facial.....	280
6.5	Direito à invisibilidade do titular de dados e o direito novo.....	281
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>291</b>